



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - PAULIPREV

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2024, às 18 horas e 02 minutos, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através do Decretos nº 8.204 de 29 de abril de 2022, Edson Tomaz, Sandra Ariadne Casassa, Fabio Ceconelo, Erick Santos Paiva, Vaniza Ghidotti, Idu Albino Ribeiro, Fabiano Drudi, Solange de Fátima Ramos Meschiati, Silvana Rodolpho, nomeada através do decreto n 8394 de 05 de abril de 2023, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda, do Diretor Financeiro, Douglas Mucicelli e dos membros do Comitê de Investimentos: Adelson Chaves, Ronaldo Nakada e Marcos Sambo para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno do Conselho.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, <https://pauliprev.sp.gov.br/>, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 11/12/2023;
- 2) Deliberação sobre a aprovação da Plano de Ação e Auditoria Interna para o Exercício de 2024, conforme apresentação realizada na reunião ordinária do dia 11/12/2023;
- 3) Informações para ratificação da renovação do seguro predial, em conformidade com os documentos encaminhados previamente;
- 4) Deliberação para ratificação sobre a possibilidade de antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário aos segurados que recebem pelo Pauliprev, em conformidade com o previsto nos artigos 43, parágrafo 2º e 53, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 18/2001;
- 5) Deliberação sobre o formato das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, para o exercício de 2024;
- 6) Apresentação sobre o cenário macroeconômico atual e posição de fechamento da carteira de investimentos do Pauliprev, no exercício de 2023;
- 7) Assuntos diversos.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes e lê os itens da pauta.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 11/12/2023 – Sandra diz que ata foi enviada por e-mail para leitura, correção ou alterações. Pergunta se conselheiros desejam fazer algum adendo; sinalizam que não. Item é colocado em deliberação e aprovado unanimemente.

Item 02. Deliberação sobre a aprovação da Plano de Ação e Auditoria Interna para o Exercício de 2024, conforme apresentação realizada na reunião ordinária do dia 11/12/2023 – Item é deliberado e conselheiros aprovam por unanimidade.

Item 03. Informações para ratificação da renovação do seguro predial, em conformidade com os documentos encaminhados previamente – Sandra diz que o contrato já foi publicado em Diário Oficial, mas faz necessária a ratificação em reunião e ata. Diz que a empresa vencedora e com o preço mais baixo foi a empresa Aliança, com o valor de R\$ 4.000,67; a empresa Porto Seguro ofertou R\$ 4.022,64; e a empresa Tokio Marine não realiza esse tipo de seguro. Reforça a dificuldade de encontrar uma seguradora que realize esse tipo de seguro. Silvana pergunta quando venceu o contrato e qual renovação seria essa; diz não ter encontrado essas informações nos documentos enviados. Complementa ter achado estranho o contrato ter sido publicado em 29/12/23 e esse assunto ter sido pautado somente agora com a emissão em 04/01/2024. Justifica não ter participado das reuniões anteriores que trataram da contratação e por isso possui essas dúvidas. André diz que o seguro predial é parecido com um seguro de um carro, vão sendo renovadas as apólices independentemente da seguradora escolhida. Explica ser um contrato imprescindível, não sendo possível deixar o Instituto sem cobertura durante o recesso. Lembra que as ratificações são para dar transparência, para que deixem claro com o quê são gastos os recursos do Pauliprev, mas que não haveria necessidade de ratificação por serem atos de gestão que são fiscalizados pelo Conselho Fiscal. Reforça que esses atos são trazidos ao Conselho Administrativo, desde o início da gestão, para que deem bastante transparência aos gastos que serão apresentados nos relatórios gerenciais, nos planos de ação e nos resultados do Pauliprev posteriormente.

Item 04. Deliberação para ratificação sobre a possibilidade de antecipação da primeira parcela do décimo terceiro salário aos segurados que recebem pelo Pauliprev, em conformidade com o previsto nos artigos 43, parágrafo 2º e 53, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 18/2001 – Sandra diz que já estão conversando sobre o tema nas duas últimas reuniões e, nessa, precisam oficializar. Explica a importância do tema pontuando as solicitações dos servidores aposentados e os apontamentos realizados pelo TCE recebidos pelo Instituto. André resume que desde 2020 são questionados referente a antecipação do 13º, trazido como “gratificação natalina” em nossa lei municipal. Diz que o Tribunal de Contas chama de Custo de Oportunidade deixar o dinheiro rentabilizando no transcorrer do ano para pagamento seguindo o calendário da Prefeitura, ou do INSS, ou pagando integralmente em dezembro. Diz que, na visão do Pauliprev, há o Custo da Oportunidade Institucional, tendo em vista as necessidades dos segurados e o histórico de acolhimento do Pauliprev antecipando a gratificação natalina.

sdm
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Complementa que possuem a intenção de continuarem realizando a antecipação dentro do que se organizaram em relação ao fluxo de caixa, mas, em algum momento, o Tribunal de Contas pode entender e determinar o contrário e precisarão tratar dessa questão. Lembra ser privativo do Conselho Administrativo a deliberação sobre a possibilidade da antecipação da gratificação natalina. Complementa que o mês de janeiro é o mês em que concluem os resultados financeiros do exercício anterior e, nos últimos fechamentos o Instituto tem tido superávit financeiro e patrimonial. No entanto, possui um déficit atuarial e, por conta desse déficit, não justificaria recursos serem sacados de aplicações em fundos que estão rentabilizando para anteciparem uma parcela que é devida apenas no mês de dezembro. Explica que o Instituto organiza o fluxo financeiro a partir do mês de janeiro do exercício corrente para que, havendo fluxo financeiro positivo, consigam fazer as parcelas de antecipação do 13º a partir do mês de fevereiro; é o que tem dado certo. Acrescenta que já foram realizados 448 pedidos de antecipação e o montante já supera R\$ 2,210 mi. Explica que as parcelas serão liberadas aos segurados que a solicitarem conforme o fluxo de caixa positivo; de acordo com a ordem cronológica de solicitação; e a partir da competência do mês de fevereiro. Complementa que a proposta é a deliberação do Conselho que autorize, se for a intenção, vinculando a positividade de fluxo de caixa do Pauliprev sendo antecipado, dentro do que é possível, na ordem cronológica dos pedidos. Idu pergunta a data inicial para o início do pagamento dos pedidos de antecipação. André responde ser a partir de fevereiro. Sandra coloca em deliberação e conselheiros aprovam por unanimidade.

Item 05. Deliberação sobre o formato das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, para o exercício de 2024 – Sandra diz que as reuniões passaram para o formato virtual desde a pandemia de 2020, formato esse encontrado pelos conselheiros de manterem as reuniões com o conselho ativo e participativo. Esse formato deu muito certo e facilitou a confecção das atas. Conforme pedido, esse item foi pautado para discutirem se o formato será mantido virtual ou se passará a ser presencial considerando todos os prós e os contras. Sandra diz que já faziam as reuniões presenciais e abertas ao público no Plenarinho da Câmara que era reservado pelo conselheiro Fábio; havia muita dificuldade na confecção das atas dadas as conversas da plateia, gravações truncadas, falas sobre as outras... Diz que as reuniões tem que ter a possibilidade de participação dos servidores, mesmo não tendo havido público em muitas das reuniões, outras vezes com algumas pessoas, outras vezes com um pouco mais ou um pouco menos... Como acontece nas reuniões online e transmitidas ao vivo. Diz que as duas sugestões são: manter as reuniões virtuais gravadas e transmitidas ao vivo ou passam a ser presenciais, não sendo mais gravadas e publicizadas. Silvana pede para discutirem, também, o formato das reuniões extraordinárias e as conjuntas com o Conselho Fiscal; considera ser negativa a questão de não haver gravação e transmissão a reunião presencial. Sandra diz que uma vez que as reuniões ordinárias forem deliberadas em num formato, as extraordinárias seguirão o mesmo rito, mas poderá ser realizada em formato diverso a depender da necessidade e, por esse motivo, a reunião extraordinária não integra o item da pauta. Sobre as reuniões com o Conselho Fiscal, reforça haver a competência de cada colegiado e, a convite do Conselho Fiscal, a reunião poderá ser presencial ou virtual, a depender do formato optado por eles. Acrescenta que o Conselho Fiscal é contrário à gravação e conselheiros administrativos devem respeitar a competência para essa decisão do Conselho Fiscal; pontua que podem solicitar ao Conselho Fiscal suas preferências, mas não podem determinar como o outro colegiado trabalha. Fala da disponibilização das

Ida
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

gravações e possível uso indevido das falas. Silvana diz que precisariam de uma reunião sem estarem em frente às câmeras para o engajamento e divergências de pensamento que possuem e, às vezes, não podem expressar na reunião transmitida. Sugere, a cada três ou quatro meses, uma reunião presencial. Sandra concorda com Silvana. Erick diz ser mais interessante pra ele manterem as reuniões de maneira virtual; justifica ser mais possível adequar seu horário de trabalho com as reuniões e a dificuldade que a reunião presencial gravada traz para a confecção da ata. Adianta que seu voto será para que as reuniões sejam mantidas em formato virtual. Sobre a reunião conjunta com o Conselho Fiscal, acrescenta que, de fato, devem respeitar o formato adotado por aquele colegiado e justifica. Sandra complementa que não precisam deixar o formato da reunião engessado; pode ser de forma híbrida, ocorrendo no formato presencial de acordo com a necessidade. Edson, por problemas técnicos com seu microfone, ratifica a fala do Erick via chat. Vaniza diz que a preocupa a participação de quem assiste a reunião virtual; vê que as perguntas são lidas somente no final, momento que o assunto questionado já foi finalizado. Sugere que, se o formato continuar online, formulem um procedimento para a participação dos expectadores. Sandra considera justo, sugere organizarem de alguma forma para um conselheiro ir lendo as perguntas para irem respondendo conforme os assuntos forem colocados durante a reunião. Erick lê o comentário da expectadora Elenice. Sandra diz que as reuniões presenciais até poderiam ser transmitidas, não vê nenhum problema, mas acredita que não deveriam continuar postando as reuniões gravadas no Youtube. Idu diz ser favorável à reunião presencial e esse é o seu voto, mas tudo bem se a maioria votar em continuar no formato online. Silvana ratifica as falas da conselheira Vaniza com relação à participação dos expectadores nas reuniões virtuais e a da conselheira Sandra, acredita que o servidor que quiser acompanhar deve assistir online, no dia e horário divulgados, sendo utilizada a gravação apenas para a confecção da ata não sendo mais disponibilizada. Conselheiros propõem duas votações: a primeira será votado se o formato da reunião será mantido o virtual, podendo ocorrer reuniões presenciais de acordo com as necessidades ou se passará a ser presencial; e a segunda será votado se as gravações das reuniões continuarão a serem disponibilizadas no canal do Youtube. Sandra coloca em votação o formato das reuniões, conselheiros Idu e Vaniza votam no formato presencial; Edson, Erick, Fábio, Fabiano, Silvana e Solange votam no formato virtual. Por 6 votos a 2, as reuniões continuarão no formato virtual. Sandra coloca em votação a continuação ou não da disponibilização das reuniões gravadas no canal do Youtube, conselheiros Edson, Erick, Fabiano, Fábio, Solange, Silvana e Idu votam não; conselheira Vaniza vota sim. Por 7 votos a 1, as reuniões serão transmitidas de maneira online e não mais serão postadas no canal do Youtube. Vaniza justifica seu voto dizendo ser fundamental o acesso à gravação pois traz muito mais informação às pessoas que a ata, diz lamentar a decisão deste colegiado de a gravação não ser mais disponibilizada aos servidores. Sandra esclarece que as reuniões não irem para o canal do Youtube não justifica as gravações não irem para o site do Instituto. Vaniza diz que isso a contempla, não era esse o entendimento que havia ficado na votação, sendo assim, a contempla. Idu justifica que as reuniões são muito estressantes e, a ata traz o que tem de melhor na reunião. Acredita ser difícil alguém assistir toda uma reunião. Considera importante as gravações serem mantidas no site, ainda que as pessoas não irão assistir, mas lá é melhor que estar no Youtube. Fábio diz haver uma confusão, explica que as gravações que vão para o site são do canal do Youtube e a publicação ocorre ao final da transmissão de cada reunião. A postagem nas redes sociais seria um outro assunto, por isso acredita ter havia confusão aí. Aproveita e lê uma

Idu
R
J
Jo
Ji
U
F
F
E

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA**

pergunta inserida no chat por um servidor expectador que fala sobre as atas, diz que poderiam ser melhores redigidas pois contém poucas informações. Sandra diz que as atas são encaminhadas a todos os conselheiros e, caso acreditem que estão com falta de fala, podem realizar os adendos. Acredita que as atas estão sendo redigidas com um trabalho bastante dedicado e complexo; acrescenta que são em nove conselheiros e podem realizar o acréscimo de falas se acharem por bem. Complementa que as reuniões sempre foram gravadas e disponibilizadas. Silvana acrescenta mais uma questão com relação à ata, fala sobre a demora da publicação da ata que ocorre somente após a assinatura de todos os conselheiros. Sugere que determinem uma data para que os conselheiros se disponham a assinar a ata o mais breve possível para ser disponibilizada no site com mais rapidez.

Item 06. Apresentação sobre o cenário macroeconômico atual e posição de fechamento da carteira de investimentos do Pauliprev, no exercício de 2023 – Sandra dá boas vindas ao Douglas e aos membros do Comitê de Investimentos. Douglas inicia a apresentação trazendo os dados do Boletim Focus, o mercado prevê que a Selic fechará o ano em 9%; IPCA dentro da meta, 3,87%; PIB com crescimento positivo, 1,59%; CÂMBIO a R\$ 4,95, uma variável difícil de acertarem. Apresenta o gráfico com os dados do IPCA mensal, anual e o acumulado dos últimos 12 meses. IBOVESPA em 131 mil pontos. O dólar em R\$ 4,8658, relativamente estável. O barril do petróleo em USDE 77,38. Traz a posição da Carteira de Investimentos do Instituto, R\$ 1,589 bi. informa que todos os fundos estão enquadrados. Apresenta o enquadramento dos ativos e as suas rentabilidades. Traz a relação de Administradores dos Fundos. Traz os dados da Rentabilidade da Carteira em comparação a Meta Atuarial do Instituto dos últimos 5 anos; em 2023 a meta atuarial foi cumprida, 9,86%. Apresenta o desempenho dos fundos no mês, em 2023, nos últimos 3, 6, 12, 24 e 36 meses. Diz que, desconsiderando as remarcações e os PDD's ocorridos, em 2023, nossa carteira conseguiu bater quase 12%; uma boa rentabilidade. O destaque fica com a Bolsa que encerrou o ano em alta, o que ajudou o Instituto no atingimento da meta atuarial. Acrescenta que fechamos 2023 com um montante de R\$ 115,49 mi recuperados. Apresenta do Relatório Focus do Pauliprev. Conselheiros parabenizam o trabalho do Comitê de Investimentos. Sandra agradece a apresentação e reconhece a dedicação dos membros do Comitê de Investimentos em cuidar tão bem do patrimônio do Instituto.

Item 07. Assuntos diversos – Fábio parabeniza o Instituto a recertificação no nível II do Pró Gestão. Lembra que a certificação dos conselheiros, a partir de agora, não poderá mais ser a básica passando a ser necessária a intermediária. Sugere que seja inserido no site a certificação de cada conselheiro, para melhor transparência e para facilitar na fiscalização. André agradece e acrescenta que o Instituto conseguiu a recertificação com 100% de observância a todas as normas e a validade da certificação é de 3 anos. Parabeniza o trabalho de todos. Complementa que a certificação profissional, como o Fábio falou, passa a ser contemplada de acordo com o índice de sustentabilidade previdenciária ao qual o Regime Próprio está inserido; assim, a nossa certificação passa a ser a intermediária e será exigida na próxima eleição. Idu pergunta ao André se, à medida que o nível da certificação de um conselheiro aumenta, ele não acha que ficaria mais difícil os servidores se candidatarem para o cargo de conselheiro. André concorda e acrescenta que terão dificuldade. Acredita que algumas exigências excedem o foro local. Fala que o balanço de 2022 foi aprovado com ressalvas em relação ao déficit atuarial e aos conselhos.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Diz que para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, além do que está na lei federal 9717/98, na 13846/19 e na portaria 1467/22, ele ainda entende que os Conselhos Fiscal e, principalmente, o Administrativo que detém a prerrogativa de Políticas de Investimentos, têm que ter nível superior com formação específica em áreas correlatas e experiência em mercado financeiro. Diz que se trouxerem isso pra a nossa realidade, não terão conselheiro nenhum. Mesmo que consigam vincular as pessoas com formação específica, diz que não conhecem, na Prefeitura de Paulínia, quem traga na bagagem experiência com o mercado financeiro. Considera exigências absurdas e continuará debatendo isso a nível de Pró Gestão e com o Tribunal de Contas para que não limitem a participação nas eleições pois ficará cada vez mais difícil. Sandra diz que além de ficar cada mais difícil, fará aquilo que sempre lutam contra: cercear a participação. Acrescenta que, para deixar claro, com relação a votação quanto ao formato das reuniões deste colegiado, ela não vota por ser presidente e, se houvesse havido empate, a sua decisão seria pelo formato presencial. No segundo bloco votado, sua votação seria por não publicizar as reuniões no Youtube. Registra a fala da servidora Adel que parabeniza a reunião e diz não entender do assunto fiscal e econômico do Instituto; solicita a possibilidade de ser disponibilizado um curso para os servidores. André diz que, no site do Instituto, tem o curso do CPA-10 que foi dado aos conselheiros no início dessa gestão. Possui uma linguagem acessível e que explica melhor as questões apresentadas pelo Douglas. Diz que, também, lá no site, no portal da transparência, na parte de Educação Previdenciária, tem uma cartilha de Educação Financeira que foi desenvolvida pelo ex-controlador Brunno, que hoje é auditor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, juntamente com o Douglas e com ele. Acrescenta que o Instituto está tentando desenvolver mais alguns projetos, mas com a limitação de quem tem 28 servidores e, às vezes, não é possível paralisar os departamentos de previdência e o financeiro para poderem pensar em assuntos no macro; o Instituto possui um volume de recursos que é restrito na taxa de administração. Sandra pede para que o Fábio ou o Erick respondam, por gentileza, a servidora no chat.

[Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and several initials.]

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Término às 20:05h.

Paulínia, 15 de janeiro de 2024.

[Handwritten signature of Idu Albino Ribeiro]

Idu Albino Ribeiro
Conselheiro Administrativo

[Handwritten signature of Edson Tomaz]

Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA



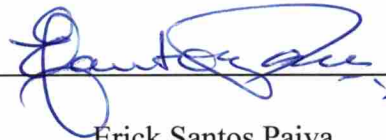
Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Fabiano Domingos Drudi
Conselheiro Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



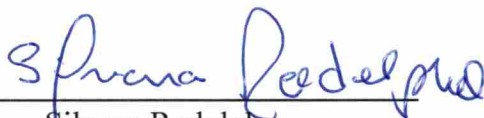
Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Vaniza Ghidotti
Conselheira Administrativa



Solange de Fátima Ramos Meschiati
Conselheira Administrativa




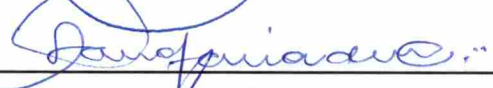



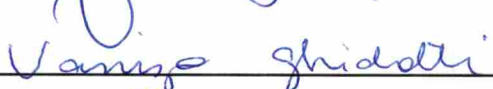


Silvana Rodolpho
Conselheira Administrativa



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
15 de janeiro de 2024 – 18h30 horas - Reunião por Teleconferência

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	SANDRA ARIADNE CASASSA	
3	FABIANO DOMINGOS DRUDI	
4	FÁBIO CECCONELO	
5	ERICK SANTOS PAIVA	
6	VANIZA GHIDOTTI	
7	IDU ALBINO RIBEIRO	
8	SOLANGE DE FÁTIMA RAMOS MESCHIATI	
9	SILVANA RODOLPHO	